



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

07.11.96

REQUERIMENTO Nº 156 /VII(2ª) - *João Carlos da R. Faria*

6 DE NOVEMBRO DE 1996

Assunto: CEDÊNCIA À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE UM TERRENO PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA COM DESTINO À CONSTRUÇÃO DE UM HOSPITAL

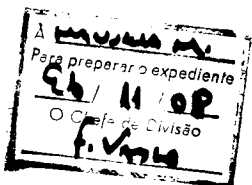
Apresentado por: Deputada PAULA CRISTINA DUARTE, do Partido Socialista

Considerando o teor de uma proposta que, no passado dia 30 de Outubro, foi discutida e votada na Assembleia Municipal da Maia sobre a eventual construção de um Hospital no referido concelho;

Considerando que na referida proposta o custo global da obra se situará em cerca de 6 milhões de contos, que será suportado pela União Europeia através do II Quadro Comunitário de Apoio, pela Administração Central através do respectivo PIDDAC e pela própria Santa Casa da Misericórdia nas proporções respectivamente de 70%, 20% e 10%, .

Considerando ainda que por informação da Santa Casa de Misericórdia da Maia, a opinião dos técnicos do Ministério da Saúde que já visitaram o local (Rua Dr. Farinhote em Moreira da Maia) é que tem todas as condições para neste vir a ser implementada a unidade hospitalar em causa, incluindo a sua própria localização estratégica ao nível do espaço municipal e mesmo ao nível mais alargado da Região;

Considerando que o concelho da Maia é actualmente apoiado pelo Hospital de S. João e será apoiado pelo Hospital Pedro Hispano situado no concelho de Matosinhos que faz fronteira com o concelho da Maia em que as condições de proximidade e de facilidade de acesso são muito boas, o que obviamente nada impede que a população



da Maia tenha o seu próprio hospital se essa for a vontade quer dos órgãos autárquicos locais bem como do próprio Ministério da Saúde.

Assim, venho ao abrigo das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, requerer ao Ministério da Saúde, as seguintes informações:

1. Qual a veracidade dos factos apresentados?
2. Está ou não nos objectivos do Ministério da Saúde construir outro hospital na Área Metropolitana do Porto, neste caso no concelho da Maia?
3. Existe ou não algum protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, com a Câmara Municipal da Maia ou com o Ministério da Saúde, no mesmo sentido?

A DEPUTADA

Paula Cristina Duarte